



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



TERMO DE CONTRATO Nº 179/14

**Processo Administrativo nº 14/10/21214**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Habitação

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 224/14

O **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.885.242/0001-40, com sede na Avenida Anchieta, nº 200, Centro, CEP: 13.015-904, Campinas, Estado de São Paulo, devidamente representado, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **FOSTER LIMA LTDA. - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.390.722/0001-98, por seu representante legal, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam firmar o presente instrumento de Contrato, em conformidade com o Processo Administrativo em epígrafe, o qual é de pleno conhecimento das partes, integrando o presente instrumento como se transcrito estivesse, sujeitando-se as partes às condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

## PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente contratação a prestação de serviços de reprografia, encadernação e confecção de banner, faixa e placas, em conformidade com as especificações e quantidades constantes do Anexo III – Projeto Básico, e nas condições estabelecidas neste instrumento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



## SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. O serviço, objeto desta contratação, deverá ser executado em conformidade com o estabelecido no Projeto Básico – Anexo III, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

## TERCEIRA – DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de recebimento da “Ordem de Início dos Serviços” expedida pela Secretaria Municipal de Habitação, após assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

## QUARTA – DOS PREÇOS

4.1. Pelo serviço objeto deste Contrato, fará jus a Contratada ao recebimento dos preços abaixo discriminados:

Lote	Item	DESCRIÇÃO (*)	Qtde.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
MONOCROMÁTICA	01	GRANDES FORMATOS - CÓPIA (SULFITE) - TRAÇO.	240	8,77	2.104,80
	02	GRANDES FORMATOS - PLOTAGEM (SULFITE) - TRAÇO.	480	9,06	4.348,80
	03	GRANDES FORMATOS - ESCANEAMENTO (TIF-JPEG) - TRAÇO.	240	3,20	768,00
	04	TAMANHO A3 - CÓPIA (SULFITE) - TRAÇO.	240	0,61	146,40
	05	TAMANHO A3 - IMPRESSÃO (SULFITE) - TRAÇO.	720	1,99	1.432,80
	06	TAMANHO A3 - ESCANEAMENTO (TIF-JPEG) - TRAÇO.	180	0,51	91,80
	07	TAMANHO A4 - CÓPIA (SULFITE) - TRAÇO.	360	0,42	151,20
	08	TAMANHO A4 - IMPRESSÃO (SULFITE) - TRAÇO.	1200	0,41	492,00
	09	TAMANHO A4 - ESCANEAMENTO (TIF-JPEG) - TRAÇO.	240	0,31	74,40
COLORIDO	10	GRANDES FORMATOS - CÓPIA (SULFITE) - TRAÇO.	240	12,44	2.985,60
	11	GRANDES FORMATOS - PLOTAGEM (SULFITE) - TRAÇO.	600	12,52	7.512,00
	12	GRANDES FORMATOS - ESCANEAMENTO (TIF-JPEG) - TRAÇO.	240	6,11	1.466,40
	13	TAMANHO A3 - CÓPIA (SULFITE) - TRAÇO.	360	2,98	1.072,80
	14	TAMANHO A3 - IMPRESSÃO (SULFITE) - TRAÇO.	960	2,98	2.860,80



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



	15	TAMANHO A3 – ESCANEAMENTO (TIF-JPEG) - TRAÇO	240	0,61	146,40
	16	TAMANHO A4 – CÓPIA (SULFITE) - TRAÇO.	360	1,79	644,40
	17	TAMANHO A4 – IMPRESSÃO (SULFITE) - TRAÇO.	1800	1,49	2.682,00
	18	TAMANHO A4 – ESCANEAMENTO (TIF-JPEG) – TRAÇO.	240	0,31	74,40
	19	TAMANHO A4 – IMPRESSÃO PAPEL COUCHÊ BRILHANTE – GRAMATURA 115 G	480	1,86	892,80
	20	TAMANHO A4 – IMPRESSÃO PAPEL COUCHÊ BRILHANTE – GRAMATURA 230 G	720	1,92	1.382,40
	21	TAMANHO A4 – IMPRESSÃO PAPEL SULFITE – GRAMATURA 90 G	480	1,70	816,00
COLORIDO	22	TAMANHO A5 – IMPRESSÃO PAPEL COUCHÊ BRILHANTE – GRAMATURA 115 G	480	1,57	753,60
	23	TAMANHO A5 – IMPRESSÃO PAPEL COUCHÊ BRILHANTE – GRAMATURA 230 G	720	1,52	1.094,40
	24	TAMANHO A5 – IMPRESSÃO PAPEL SULFITE – GRAMATURA 90 G	480	1,38	662,40
IMAGEM (FOTO AÉREA)	25	GRANDES FORMATOS - CÓPIA (SULFITE) - TRAÇO.	240	22,33	5.359,20
	26	GRANDES FORMATOS - PLOTAGEM (SULFITE) - TRAÇO	600	23,43	14.058,00
	27	GRANDES FORMATOS - ESCANEAMENTO (TIF-JPEG) - TRAÇO	240	7,41	1.778,40
	28	TAMANHO A3 – CÓPIA (SULFITE) - TRAÇO.	360	3,49	1.256,40
	29	TAMANHO A3 – IMPRESSÃO (SULFITE) - TRAÇO.	960	3,49	3.350,40
	30	TAMANHO A3 – ESCANEAMENTO (TIF-JPEG) - TRAÇO	240	0,54	129,60
	31	TAMANHO A4 – CÓPIA (SULFITE) - TRAÇO.	360	1,54	554,40
	32	TAMANHO A4 – IMPRESSÃO (SULFITE) - TRAÇO.	1800	1,54	2.772,00
	33	TAMANHO A4 – ESCANEAMENTO (TIF-JPEG) - TRAÇO	240	0,31	74,40
ENCADERNAÇÃO (ESPIRAL)	34	TAMANHO A3 – ATÉ 100 FOLHAS	24	6,76	162,24
	35	TAMANHO A3 – 100 A 300 FOLHAS	24	6,37	152,88
	36	TAMANHO A3 – 300 A 500 FOLHAS	24	7,07	169,68
	37	TAMANHO A3 – ACIMA DE 500 FOLHAS	24	7,70	184,80
	38	TAMANHO A4 – ATÉ 100 FOLHAS	60	3,34	200,40
	39	TAMANHO A4 – 100 A 300 FOLHAS	60	3,52	211,20
	40	TAMANHO A4 – 300 A 500 FOLHAS	60	3,57	214,20
	41	TAMANHO A4 – ACIMA DE 500 FOLHAS	60	4,24	254,40
ENCADERNAÇÃO (CAPA DURA)	42	TAMANHO A3 – ATÉ 200 FOLHAS	12	73,16	877,92
	43	TAMANHO A3 – 200 A 350 FOLHAS	12	73,16	877,92
	44	TAMANHO A3 – 350 A 500 FOLHAS	12	75,68	908,16
	45	TAMANHO A3 – ACIMA DE 500 FOLHAS	12	80,77	969,24
	46	TAMANHO A4 – ATÉ 200 FOLHAS	24	33,80	811,20
	47	TAMANHO A4 – 200 A 350 FOLHAS	24	35,72	857,28
	48	TAMANHO A4 – 350 A 500 FOLHAS	24	39,24	941,76
	49	TAMANHO A4 – ACIMA DE 500 FOLHAS	24	39,99	959,76



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



BANNER	50	GRANDES FORMATOS – VINIL ADESIVO	120	42,64	5.116,80
FAIXA	51	GRANDES FORMATOS – PLÁSTICO (PLOTTER DE RECORTE)	120	70,00	8.400,00
PLACA	52	METÁLICA (CHAPA) – 1,00 M X 0,60 M	24	101,19	2.428,56
	53	METÁLICA (CHAPA) – 1,20 M X 0,80 M	24	168,02	4.032,48
	54	METÁLICA (CHAPA) – 1,20 M X 1,00 M	24	200,00	4.800,00
	55	MADEIRA (FOLHA COMPENSADO) – 1,00 M X 0,60 M	60	90,00	5.400,00
	56	MADEIRA (FOLHA COMPENSADO) – 1,20 M X 0,80 M	60	130,00	7.800,00
57	MADEIRA (FOLHA COMPENSADO) – 1,20 M X 1,00 M	60	130,00	7.800,00	
<b>VALOR GLOBAL DO LOTE (R\$)</b>				<b>118.520,28</b>	

4.2. As partes atribuem a este Contrato, para efeito de direito, o valor global de R\$ 118.520,28 (cento e dezoito mil quinhentos e vinte reais e vinte e oito centavos).

4.3. Estão incluídos nos preços, todos os custos operacionais, e os tributos que eventualmente possam incidir sobre eles, bem como as demais despesas diretas e indiretas, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

## QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas referentes ao presente ajuste foram previamente empenhadas e processadas por conta de verba própria do orçamento vigente, inicialmente codificada no orçamento municipal sob os números indicados às fls. 152 do processo, sendo permitidas alterações, caso necessárias, e desde que admitidas pela legislação vigente:

Dotação Orçamentária
151000.15110.16.482.3043.1371.339039.0001.100000

5.2. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa, ficando o Contratante obrigado a apresentar no início de cada exercício a respectiva Nota de Empenho estimativa



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

## SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Os valores contratados serão reajustados após o período de 12 meses, a partir da data da proposta, ou do último reajuste, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = P_0 \times (\text{variação acumulada do IPC - FIPE - Geral}_1 \text{ até o IPC - FIPE - Geral}_{12})$$

Onde:

PR = Valores reajustados;

P0 = Valores contratados vigentes;

IPC - FIPE - Geral = Índice de Preços ao Consumidor - Geral, publicado pelo FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas;

IPC1 = Índice do mês da data da apresentação das propostas;

IPC12 = Índice do 12º mês contado a partir do mês da data da apresentação da proposta.

6.2. A apreciação de eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pela Contratante, sob amparo do que prescreve o Art. 65 da lei 8.666/93, dependerá de comprovação, pela Contratada, da quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual, tais como notícias de jornais e da internet, análises conjunturais e econômicas, ou, caso se aplique, a criação ou alteração de tributos ou de encargos legais ou ainda a superveniência de disposições legais que tenham impacto sobre o preço contratado.

6.2.1. A autorização de revisão dos preços contratados dependerá de aprovação pela Contratante, após análise técnica, contemplando os pagamentos dos serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão no Protocolo Geral da Contratante, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



6.2.2. Enquanto as solicitações de revisão de preços contratados estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender os serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

6.2.3. A Contratante, nos casos de revisão de preços, irá lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar, inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos pagamentos dos serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão no Protocolo Geral da Contratante, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.

6.2.4. Na hipótese de revisão de preços a favor da Municipalidade, esta deverá comprovar, através de pesquisa de mercado ou qualquer outro parâmetro aplicável, o desequilíbrio econômico-financeiro dos valores constantes do Contrato.

## **SÉTIMA - DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO**

7.1. A Contratada apresenta garantia do adimplemento das condições aqui estabelecidas no valor de R\$ 5.926,01 (cinco mil novecentos e vinte e seis reais e um centavo), calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, recolhida na Secretaria Municipal de Finanças.

7.2. A garantia total será retida se a Contratada der causa ao desfazimento do Contrato, para que o Contratante possa se ressarcir, em parte, dos prejuízos experimentados.

7.3. No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a Contratada deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o encerramento do Contrato.

7.4. Após o término do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia de que trata este item será liberada, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento do interessado, por intermédio do Serviço de Protocolo Geral, dirigido à Secretaria Gestora que



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



deverá se manifestar quanto à execução contratual e encaminhar à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos. A liberação se dará mediante autorização do Secretário Municipal da Unidade Gestora, após parecer da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

## OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O Contratante procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula:

8.1. A Contratada deverá apresentar à SMH após a realização dos serviços a Nota Fiscal correspondente a cada Ordem de Serviço, devidamente autorizada.

8.2. A SMH terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da apresentação da Nota Fiscal para aceitá-la ou rejeitá-la.

8.3. A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 8.2, a partir da data de sua reapresentação.

8.4. A devolução da Nota Fiscal não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda a prestação dos serviços.

8.5. O Contratante efetuará o pagamento no prazo de 10 (dez) dias fora a dezena, contados da data de aceite da Nota Fiscal.

8.6. O Contratante somente efetuará o pagamento dos valores devidos, após comprovação, pela Contratada, do recolhimento da contribuição previdenciária (INSS), bem como do FGTS. O recolhimento referente ao objeto da contratação do INSS será efetuado nos termos do artigo 31 da Lei Federal nº 8.212/91 (alterado pela Lei 9.711/98), e do ISSQN nos termos da Lei Municipal nº 12.392/05, regulamentada pelo Decreto Municipal 15.356/2005.

## NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



9.1.1. Efetuar, se for o caso, a sua inscrição no Cadastro de Empresas não Estabelecidas no Município de Campinas – CENE Campinas, nos termos da Instrução Normativa DRM/GP nº 001, de 02 de julho de 2012, publicada no DOM de 03/07/2012.

9.1.2. Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador de Campinas, em cumprimento à vedação do art. 7º do Decreto Municipal nº 17.437/11.

9.1.3. Arcar com todas as despesas relativas ao objeto contratado deste edital e todos os tributos incidentes, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

9.1.4. Indicar um preposto, com poderes para representar a empresa Contratada, em tudo o que se relacionar com o serviço.

9.1.5. Cumprir as demais condições contidas no Projeto Básico.

## DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

10.1.1. Fornecer à Contratada a Ordem de Serviço que será expedida pela SMH;

10.1.2. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços;

10.1.3. Efetuar os pagamentos devidos.

## DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do contrato, a contratada poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com gravidade da falta (Artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



suas alterações e Artigo 7º da lei Federal nº 10.520/02):

11.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais tenha a contratada concorrido diretamente.

11.1.2. Multa, nas seguintes situações:

11.1.2.1. de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor da Ordem de Serviço, por dia de atraso na retirada da Ordem de Serviço, até o quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato.

11.1.2.2. de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor da Ordem de Serviço, por dia de atraso injustificado em iniciar os serviços, após a retirada da ordem correspondente, até o décimo quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato.

11.1.2.3. de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, em caso de qualquer descumprimento contratual, sem prejuízo da rescisão unilateral da ata pela Administração, garantida a defesa prévia.

11.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Campinas, bem como impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no caso de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude.

11.2. No caso de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido o prazo de 05 (cinco) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e desde que cessados os motivos determinantes da punição.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



11.3. As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da empresa Contratada.

11.4. As penalidades previstas nos subitens 11.1.1, 11.1.3 e 11.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas nesta Cláusula.

11.5. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Contratante.

11.6. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

## **DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

12.1. A inexecução total ou parcial, deste Contrato, enseja sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei federal nº 8.666/93.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

12.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

12.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei mencionada; ou

12.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou

12.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

12.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e



fundamentada da autoridade competente.

12.5. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao CONTRATANTE os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

### **DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO**

13.1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato, será observado, no que couber, as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2. Para o recebimento, objeto desta contratação, serão observadas as condições previstas no Projeto Básico - Anexo III.

13.3. O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos.

### **DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

14.1. Aplica-se nos casos omissos, o disposto na Lei Federal 10.520/02 e Lei Complementar 123/06 e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 14.218/03 e respectivas alterações, Decreto Municipal nº 14.356/03 e Decreto Municipal 16.187/08.

### **DÉCIMA QUINTA – DA LICITAÇÃO**

15.1. Para a execução do objeto do presente Contrato, foi realizada licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 224/2014, cujos atos encontram-se no Processo Administrativo nº 14/10/21.214.

### **DÉCIMA SEXTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

16.1. Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o instrumento



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



convocatório da licitação, propostas e ANEXOS. O presente Contrato vincula-se ao ato homologatório da licitação e à Ata da Sessão Pública de fls. 144 a 145 do Processo Administrativo em epígrafe.

## DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Será permitida a subcontratação parcial dos serviços, no máximo em 30% (trinta por cento) do valor do contrato, porém deverá obrigatoriamente contar com a prévia aprovação do Contratante, devendo a subcontratada, se autorizada a trabalhar, submeter-se aos termos do presente Contrato ficando, entretanto, a Contratada como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços e de todos os encargos trabalhistas e tributários.

## DÉCIMA OITAVA – DO PESSOAL

18.1. O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução dos serviços ora avençado não terá relação de emprego com o CONTRATANTE e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos. No caso de vir o CONTRATANTE a ser acionado judicialmente, a Contratada o ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso venha a desembolsar.

## DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. O Contratante, por meio da Secretaria Municipal de Habitação, efetuará a fiscalização dos serviços a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços, nos termos estabelecidos no Anexo III – Projeto Básico.

19.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado à Secretaria Municipal de Habitação, direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

19.3. A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a Contratada da total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



## VIGÉSIMA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

20.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas - SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campinas, 19 SET 2014

**ANA MARIA M. AMOROSO**  
Secretária Municipal de Habitação

**FOSTER LIMA LTDA. - ME**

Representante Legal: *Carlos Alberto de Lima*

RG nº *17.500.109-1*

CPF nº *100.909.008-98*





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO AO TCESP

**Processo Administrativo n.º** 14/10/21214

**Interessado:** Secretaria Municipal de Habitação

**Contratante:** Município de Campinas

**Contratada:** Foster Lima Ltda. - ME

**Modalidade:** Pregão Eletrônico n.º 224/14

**Termo de Contrato n.º** **179**<sub>14</sub>

**Objeto:** Prestação de serviços de reprografia, encadernação e confecção de banner, faixa e placas.

Na qualidade de **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, respectivamente, do Termo Contratual acima identificado e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por **CIENTES** e **NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final a sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Campinas, 19 SET 2014

**ANA MARIA M. AMOROSO**  
Secretária Municipal de Habitação

**FOSTER LIMA LTDA. - ME**

Representante Legal: *Carlos Alberto de Lima*

RG n.º *17-520-109-1*

CPF n.º *100-909-008-98*

